

Os presentes da história

Pré-publicação O livro *História(s) do Presente - Os mundos que o passado nos deixou* reúne, numa versão alargada, 12 ensaios e entrevistas publicados neste caderno. A partir de temas como o racismo, a globalização e as políticas do medo, os historiadores Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro lançam uma visão retrospectiva e poliédrica do passado que questiona o mundo actual e nos ajuda a compreendê-lo

Por Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro

O primeiro texto deste volume foi publicado em Novembro de 2017 e inaugurou uma série de 12 ensaios e 12 entrevistas, publicada mensalmente no jornal *Público* sob o título “História(s) do Presente”. O objectivo era explorar determinados processos históricos que continuassem a reverberar na actualidade. Cada um dos números temáticos dividiu-se num ensaio e numa entrevista, obedecendo a critérios relativamente simples. O ensaio devia explorar um evento, problema ou processo histórico a partir de um livro particularmente relevante que não tivesse sido editado em Portugal. (...)

Se estas eram as regras, as motivações eram menos prosaicas. Duas são incontornáveis. Por um lado, a vontade de tentar contribuir para uma esfera pública viva, atenta, mas sobretudo mais democrática e inclusiva, e menos desigual. Seguramente menos violenta, menos dependente do ruído que confunde agressividade com convicção, gritaria com debate de ideias. Na pequenez da nossa contribuição, falhámos redondamente. Passados mais de dois anos, o balanço sobre os termos do debate público, em Portugal e no mundo ocidental, não é propriamente animador. (...) Os trombeteiros continuam entusiasmados, à sexta e ao sábado, com plena consciência de contribuírem para agudizar o que dizem pomposamente querer transformar, isto é, a qualidade do debate público. Manifestações diversas apontam

para uma maior dessensibilização face à violência potencial, material ou simbólica. Formulações sobre desigualdades de género, “raciais” ou socioeconómicas que, até há pouco, eram dadas por inaceitáveis, ressurgem de forma particularmente virulenta. Para aqueles que ditaram o fim da história, ou nele acreditaram, ela está aí, central, decisiva. Nunca deixou de estar, de resto. Também por isso, a tentação de ressuscitar “lições da história”, a usar de modo imediato e confiante, aflora com inusitada frequência. A analogia histórica ou, mais frequentemente, o seu encerramento trágico não geram apenas mais ignorância: fecham caminhos possíveis, talvez não experimentados, periclitantes, cheios de contradições, que certamente pouco podem face ao consolo e elogio de grupo, social, académico, profissional. A transposição de categorias do passado para identificar os seus correlatos presentes pode servir para invocar a história como guia do presente e estabelecer causalidades imediatas. Não serve, decerto, a imaginação política e social, e, com ainda mais certeza, não se alicerça numa forma particularmente ágil e refinada de pensar a história.

Entre o truísmo de que a história, os seus contextos e momentos são irrepetíveis e irreproduzíveis, e a tentação de olhar para a história a partir de modelos de causalidade simplificados e preditivos, há espaço para a pensar a partir de outras preocupações. A história, tal como outros modos de produzir conhecimento, não tem de ser imediatamente útil. (...) Convém reiterar esse facto, especialmente perante a

ansiedade política, institucional e também académica que leva a subordinar a produção de conhecimento a critérios de “aplicação”, de “inovação”, de “mercado” ou de “tecnologia”, ou até a uma dada “causa maior”. Mas a história pode, em certa medida, e certamente em diálogo frutuoso com outras disciplinas, fornecer alguns instrumentos para pensar de modo crítico e inovador, abrindo espaço para novas e melhores interrogações e, assim sendo, apontando para outras respostas possíveis. Foi isso que tentámos fazer ao longo desta série de um ano, sobre os ombros de muitos gigantes. A partir de problemas ou processos concretos, tentámos inquietar os leitores, de modo que se questionassem sobre como chegámos aqui, propondo uma leitura particular das histórias que formaram o presente (...).

(...) Procurámos responder a algumas inquietações presentes munidos da investigação sobre acontecimentos passados. Essas inquietações foram geradas, por exemplo, pela recente “crise” de refugiados. Quando recordámos que a última “crise” de dimensões semelhantes se havia verificado no continente europeu, não quisemos simplesmente procurar no passado estímulos para a empatia. Quem precisa de estímulos para a empatia não precisa de historiadores, mas de outros profissionais. Procurámos também mostrar que essa crise anterior foi gerada por uma guerra onde, de forma paroxística, as ideias da “nação” homogénea e purificada, do “choque das civilizações” (*avant la lettre*), da “luta racial” abriram o espaço para transformar o

continente numa enorme vala comum, cheia de “heróis” e, muito mais, de desconhecidos para ela empurrados pelos putativos “estrategas”. Quando contámos algumas das muitas das histórias das “políticas do medo”, não pretendemos adivinhar o futuro, apenas alertar para as múltiplas formas através das quais, na história, a promoção da histeria organizada gerou reacções muito mais violentas do que as supostas ameaças que se pretendia ou se declarava pretender combater. Em suma, o mundo presente também ditou, e não o recusamos, os nossos interesses e orientações na elaboração desta série. Repetindo-nos, o conhecimento da história não é um elixir contra a maldade ou contra o desvario. Bem pelo contrário, os usos da história frequentemente serviram, e servem, propósitos bem pouco edificantes. O conhecimento não impede o ódio, nem estas são duas condições exclusivas. Mas pode, se bem usado, induzir dúvidas onde só parece haver certezas. Isso já é muito importante. O cepticismo é uma forma sã de viver cívico, não apenas um inabalável princípio científico.

(...) Pensemos em dois exemplos adicionais. O primeiro, (...) tem sido nos últimos anos alvo de crescente atenção. Trata-se do recurso, por parte de uma miríade de grupos mais ou menos institucionalizados de acção política e cultural atreitos a ideias nacionalistas, racistas e supremacistas, do “marxismo cultural” enquanto ferramenta de combate contra os que querem uma sociedade mais inclusiva, igual e democrática. A difusão do conceito

CULTURE CLUB/GETTY IMAGES



Europa, um quebra-cabeças

Ilustração representando o ataque nazi ao movimento União Pan-Europeia, proposto e dinamizado pelo conde Richard Nikolaus Graf Eijiro von Coudenhove-Kalergi, político, geopolítico e filósofo austríaco, considerado um dos ideólogos da União Europeia moderna. Esta caricatura, originalmente publicada pela revista de propaganda nazi *Signal* em Dezembro de 1940, mostra a Grã-Bretanha e outros países da Europa partidos em pedaços, como um quebra-cabeças, sob o olhar de uma figura estereotipada como inglês

relaciona-se inversamente com a sua solidez teórica ou com qualquer capacidade de o identificar no mundo das relações sociais e culturais. Isso não tem impedido que o “marxismo cultural” logre ultrapassar as estritas barreiras da extrema-direita. Como já muitos notaram, há uma ressonância óbvia da frequente injunção contra o “bolchevismo cultural” que marcou os anos da República de Weimar e que se expandiu durante o Terceiro Reich. O “bolchevismo cultural” cobria sobretudo a “arte degenerada”, que incluía desde a pintura expressionista e o abstraccionismo até à música atonal. Era visto como uma forma de cultura efeminada, que contaminava o corpo da nação alemã, seguramente tributária de outra formulação não menos tortuosa, o “judeo-bolchevismo”. A esta, o nacionalismo alemão opunha a música de Wagner, a representação figurativa, a estética do “homem novo” e, de forma mais pragmática, o entoar de canções nos importantes agrupamentos juvenis de pendor nacionalista e nacionalizante. Mais tarde, *simplesmente* a censura e a destruição.

Há claras ligações entre o “bolchevismo” e o “marxismo” culturais, e estas devem ser recuperadas para mostrar as genealogias a quem as propaga. A teoria da conspiração, a *biologização* enquanto forma de pensar o social (da “desparasitação” à ideia de “degenerescência”), a reacção perante a diferença e a projecção romântica do passado são características de ambos. Mas o “marxismo cultural”, a este respeito, parece ter adquirido uma propensão muito mais claramente holística. O “marxismo cultural” manifesta-se, segundo os seus invocadores, nas opções de marcas de roupa que usam as cores do arco-íris, no aparecimento de personagens homossexuais em desenhos animados ou, por exemplo, nas campanhas de organizações desportivas contra o racismo. Assim, a sua elasticidade e difusão tornam a acusação contra o “marxismo cultural” muito mais apelativa, progredindo bem além dos pequenos nichos onde nasceu, no seio da direita mais reaccionária norte-americana, por volta da década de 1990. A história, aqui, não dará seguramente lições, mas perceber as semelhanças e as diferenças entre os usos de ambos os conceitos, os seus contextos de produção e recepção, pode contribuir para uma avaliação mais rigorosa dos seus limites e potencialidades. E pode servir para expor o grau de ligeireza crítica e indigência investigativa de muitos dos “argumentos” frequentemente esboçados.

Um segundo exemplo provém exactamente do mesmo nicho societal. De novo, trata-se de uma moda que chegou a Portugal com atraso, claramente importada. É apenas mais um exemplo de como mesmo os nacionalismos (os de hoje e os pretéritos) nunca ousaram ignorar as potencialidades de diálogos e trocas além-fronteiras. Se os nacionalismos nunca foram necessariamente obstáculos ao internacionalismo, e vice-versa, também não foram inimigos da globalização. Aliás, como muitos argumentários e ideologias políticos, sem as dinâmicas da globalização, sempre mais intrincadas do que muitos querem defender, dificilmente os nacionalismos se tornariam uma opção doutrinária de referência para muitas comunidades (...).

Pensemos então, como segundo exemplo, no chamado “plano Kalergi”. Trata-se de uma clara teoria da conspiração que é →



História(s) do Presente - Os mundos que o passado nos deixou

Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro ed. Tinta-da-China/ Público
16,90 euros

amplamente divulgada em *sites* de extrema-direita, alegando que as elites supranacionais europeias juntamente com George Soros e outras entidades, umas mais míticas do que outras, tinham um plano “globalista” para operar um processo de substituição de populações que visava eliminar o elemento branco do continente. Num *site* em português, esse “plano” é apresentado como uma tentativa “genocida” e teria sido desenvolvido pelo “político mestiço” Richard Nikolaus, conde de Coudenhove-Kalergi, com o objectivo de exterminar a “raça branca” através da importação de africanos, muçulmanos, “ameríndios” e *tutti quanti*.

Coudenhove-Kalergi emerge do mesmo contexto histórico do “bolchevismo cultural”. Nascido em 1894, era filho de um aristocrata, diplomata do Império Habsburgo em Tóquio, e de uma japonesa, Mitsuko Aoyama. (...) Casou com uma actriz famosa no seu tempo, Ida Roland, que de certo modo lhe ofereceu possibilidades de contacto com mundos alheios ao conservadorismo familiar e social. Por exemplo, teve relações pessoais com Heinrich e Thomas Mann. Durante a Grande Guerra, enquanto jornalista, rejeitou o nacionalismo agressivo e temeu o desaparecimento de “cosmopolitas na Europa”. (...) A desintegração dos impérios continentais europeus pode ser vista como uma das razões que o levaram a publicar *Pan-Europa* em 1923 e a estabelecer-se como o principal impulsionador do movimento pan-europeu, que almejava unificar 26 estados europeus e as respectivas colónias. *Pan-Europa* foi bastante influenciado pelo livro *Pan-America*, de Alfred Fried, publicado em 1910. Os Estados Unidos da Europa eram o objectivo, ainda que o nome fosse necessariamente outro. Fried foi um pacifista de renome, defensor da cooperação internacional (...) e do movimento do esperanto, além de Prémio Nobel da Paz (...). Via no movimento pan-americano uma solução para a articulação entre esforços de preservação das identidades nacionais e outros de organização internacional. Coudenhove-Kalergi acreditava que a *Pan-Europa* dependeria mais da superação de obstáculos psicológicos do que geográficos, e que exigia um intenso trabalho de popularização e doutrinação. Foi adepto convicto da Sociedade das Nações (SDN) e dos 14 pontos de Woodrow Wilson. A frustração que sentiu com os limites transformativos da SDN foi uma das razões que o impeliram a fundar o movimento pacifista e o projecto pan-europeu. (...)

As acusações de que é alvo – ele e o seu plano – são, em grande medida, infundadas. Com um pensamento assaz inconstante, Coudenhove-Kalergi defendia, de facto, uma nova “raça do futuro” e uma federação europeia, pelo menos inicialmente. Mas, para Coudenhove-Kalergi, era essencial que essa federação excluísse a Rússia soviética e a Turquia. A primeira era vista como a grande ameaça à “civilização europeia”. (...) A Rússia seria a Macedónia da Europa. A criação, que advogava, de uma organização semelhante à Pan-American Union (1890) na Europa deveria ter como um dos propósitos fundamentais a promoção da “civilização europeia” (...). Civilização essa que, não havia dúvidas para ele, era cristã, com influências helénicas e romanas. Nesse sentido, ele era um lídimo representante dos “pais” do projecto europeu, guiado por um



profundo etnocentrismo. A sua ideia de grandes federações (a americana, a eurasiática, o império britânico) era claramente tributária da teoria dos “grandes espaços” do teórico alemão Karl Haushofer. (...)

O mais interessante a apontar aqui, contudo, não são as absolutas inconsistências das teorias da conspiração na internet, ainda que isso seja importante. Mais produtivo é procurar as facetas de Coudenhove-Kalergi que os movimentos chauvinistas e nacionalistas simplesmente ignoram e que são, como sucede frequentemente, bem mais determinantes se quisermos usar o passado para compreender o presente. Como dissemos, tratou-se claramente de um homem com um pensamento acidentado, que evoluiu ao longo do tempo de forma aqui e ali contraditória. Mas, de acordo com os ares do tempo, estava longe de ser um anti-racista precoce. De facto, a sua delimitação da *Pan-Europa* baseava-se numa ideia comum de cultura e civilização. (...) O facto de ter aprovado as gigantescas trocas de populações entre a Grécia e a Turquia é ilustrativo do peso que o desiderato da homogeneidade civilizacional detinha no seu pensamento.

De resto, a criação de uma identidade europeia, processo voluntarista e necessário para a formulação pan-europeia, mostra quão longe Coudenhove-Kalergi por vezes se



Pela Europa

No topo, o conde Coudenhove-Kalergi (em pé) durante o congresso da União Pan-Europeia, em Berlim, em 1930. Em cima, exposição *Arte Degenerada* (Munique, 1962), onde se vê *The Death and the Masks* (1897), de James Ensor

situava de um ideal ecuménico. Em 1929, num dos números da sua revista, sob o tópico “África”, o autor deixava bem claro que a acusação de que queria exterminar a “raça branca” só pode medrar na ignorância ou na absoluta sandice. Ele era claro: África deveria continuar sob mãos europeias. Simplesmente, só poderia ser administrada

IMAGNO/GETTY IMAGES



“civilização europeia”.

Ironicamente, seria a ideia de Euráfrica (...) que animaria, em grande medida, impulsionadores do projecto europeu como Konrad Adenauer (que viveu em Colónia durante todo o período de Weimar), Jean Monnet, Robert Schuman ou até Winston Churchill, todos eles, em algum momento, próximos do conde. Por ocasião do V Congresso Pan-Europeu, realizado na Universidade de Nova Iorque, cidade na qual Coudenhove-Kalergi vivia desde Agosto de 1940, Churchill enviou os seus cumprimentos a todos os participantes. Ali foi elaborado um esboço de Constituição dos Estados Unidos da Europa (...). Terminada a guerra, Coudenhove-Kalergi regressou à Europa, decidido a participar activamente no movimento de redefinição geopolítica do continente. Após a criação, em 1949, do Conselho da Europa, criticava a falta de alcance do mesmo. Era apenas um clube dileitante, sem visão nem projecto político concreto. A federação devia ser o objectivo. Acolheu a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952), propondo que se chamasse União Carlos Magno, e a Comunidade Económica Europeia (1957). Mas os dissabores quanto aos limitados níveis de unificação e de integração europeia (possíveis, por exemplo, através da criação de uma Constituição semelhante à que fora esboçada em Nova Iorque) continuaram.

A histeria em torno de imaginários projectos de “substituição de populações” chama-nos de volta para problemas reais e verificáveis de desigualdade. De facto, a ideia de Euráfrica esteve presente desde o início nos projectos de integração europeia. Ao contrário do que é comum dizer-se, na década de 1950, a ideia de projecto europeu fundava-se na convicção da persistência de uma relação de dependência do continente africano face ao europeu. Os fundos europeus criados na sequência do Tratado de Roma, em 1957, por exemplo, e por pressão da França, englobavam não só os três departamentos da Argélia, então em plena guerra de libertação (e que, administrativamente, faziam parte integral de França), como a África ocidental e equatorial francesas. (...) O carácter fulgurante das descolonizações acabou, em parte, com esse sonho. Mas revelou um outro: apesar de todas as promessas feitas após a Segunda Guerra Mundial, nenhum império se transformou, de facto, numa unidade político-territorial livre de discriminação racial, sendo esta, até, por vezes, legalmente autorizada. Além das importantes lutas de libertação nas colónias, a perspectiva de integrar política, social e economicamente as populações coloniais nos estados francês, britânico, português e belga assustou os diversos governos imperiais. E permitiu-lhes continuar a regular o fluxo de entrada de cidadãos provenientes das antigas colónias. Depois de décadas a impor-lhes uma nacionalidade à força (sempre com uma cidadania mais ou menos diminuída, quando não inexistente), as potências imperiais recusaram atribuí-la a partir do momento em que tal implicasse a decorrência lógica, e multicontinental, do principal postulado do nacionalismo liberal: a igualdade jurídica perante o Estado e a lei. Política e financeiramente isso teria sido intolerável. Há, por isso, algum sentido de ironia histórica (muito pouco feliz) quando reparamos que os movimentos nacionalistas como o da *Front National* francesa,

directamente herdeiro de grupos que reclamaram, frequentemente com recurso à violência, a indivisibilidade da França, a propor exactamente que se acentue essa fragmentação. (...)

Estes são apenas dois exemplos, entre muitos possíveis, de história(s) do presente que podem dar modestos contributos para interrogar melhor o mundo em que vivemos e pensar de modo mais consistente e criativo em futuros possíveis.

Se estas podem ser tidas como as razões cívicas para este projecto, outras houve relacionadas com a vontade de oferecer uma perspectiva diferente da história, a partilhar com o público não especializado. Avançamos duas.

Primeiro, foi objectivo desta série, desde o início, ultrapassar as sufocantes barreiras do “nacionalismo metodológico”. Estes esforços não são novos. O que espanta é que continuem a ser tão urgentes. Todos os textos procuraram não só dar espaço a diferentes geografias, como ligá-las em narrativas que procuram mostrar a interdependência e a multitude de conexões, nem sempre óbvias, como aspecto central da história. Por exemplo, houve acontecimentos em África que moldaram a Europa e ideias que viajaram do Extremo Oriente até à América Latina, e isso deve libertar-nos de modelos baseados em “centros” e “periferias”, em “norte” e “sul”, ou de perspectivas difusionistas, incapazes de pensar semão de modo unidireccional e linear. (...)

A presente série tentou, dessa forma, pensar problemas passados destacando as importantes conexões e circulações que teceram o mundo em que vivemos, um mundo que dificilmente cabe em unidades políticas autossuficientes e autárquicas. Ou em grandes narrativas arrebatadoras oferecidas pelo “grande intelectual” ou a “notável autoridade” académica, que “pensa o país”, muitas vezes pouco reconhecidos pelos pares como tal. Só absorvendo o que uma comunidade enorme de especialistas tem para oferecer podemos começar a pensar o que nos rodeia. (...) São muitas as obras de referência, os trabalhos sérios e cativantes, críticos, problematizadores, cépticos. Uma comunidade sem precisar de induções forçadas e posições. Como novos projectos de investigação historiográfica assentes em premissas da história global ou da história transnacional vêm demonstrando, não se trata de uma questão de fé ou voluntarismo académico. De facto, se o século passado foi o século da globalização de uma modalidade particular de organização política, o Estado-nação, não foi menos o século da

Passados mais de dois anos, o balanço sobre os termos do debate público, em Portugal e no mundo ocidental, não é animador

expansão extraordinária das redes, ideias, projectos e iniciativas que ultrapassaram e trespassaram as fronteiras da soberania, como procurar demonstrar, por exemplo, os ensaios neste volume sobre o desenvolvimento, os direitos humanos ou a questão racial. Para começar a compreender estas dinâmicas precisamos de uma comunidade de origens diversas em diálogo, não de um suposto oráculo caseiro.

A segunda preocupação iminentemente intelectual que se encontra distribuída por todo este volume relaciona-se, de certa forma, com a anterior. Se os dois conflitos globais de novecentos podem ser vistos como espoletadores do fim dos impérios formais no mundo, seria apenas com a descolonização global que a solução imperial se tornaria, política e legalmente, inaceitável como forma de organização societal e política. A reconfiguração da ordem internacional em torno da universalização do direito de autodeterminação colectiva teria, segundo muitos, tornado o colonialismo coisa do passado. Académicos há que, entusiasmados com essa perspectiva, juram que também o racismo é uma coisa do passado. Nalguns casos, de um passado cada vez mais distante, chegando ao ponto de negar o racismo no Estado Novo português, por exemplo. Ignorando a ignorância, simulada ou genuína, esta série procurou sublinhar como os modos imperiais de governar *a diferença* marcaram o século pretérito, deixando legados que ainda hoje se fazem sentir. (...) O projecto colonial, a hierarquização racial ou étnica, fundada em marcadores biológicos ou socioculturais, dependendo da aceitabilidade de cada uma, as desigualdades estruturais globais são elementos sem os quais não se pode perceber as diversas trajetórias históricas que marcaram e marcam o presente.

Recuperar esse elemento imperial e colonial constituiu, por isso, para nós, um objectivo nesta série, tão mais necessário, entendemos, quanto as tentativas de romantizar uma suposta excepcionalidade miscigenadora portuguesa persistem, tanto na esfera pública como em demasiados sectores da academia, amiúde de forma dissimulada, frequentemente para obter instrumentalmente apoios desta ou daquela instituição, estatal ou privada. Mas se quisemos recuperar esse aspecto foi também para contrariar o modo como esse elemento, o “colonial”, tem vindo a ser pensado em certos círculos, substituindo o estudo da história pelo estudo da “memória” ou de uma qualquer intervenção artística contemporânea. Procurámos ainda mostrar que, ao contrário do que vários arrivistas e oportunistas crêem ou pretendem fazer crer, os debates sobre estes elementos imperiais e coloniais são antigos, ricos e diversos, disputados, sem consensos. A lengalenga dos silêncios, que só agora alguns, bravos e originais, conseguem enfrentar, é insustentável empiricamente. A história dos impérios coloniais europeus não é uma história longínqua, cujos efeitos e legados há muito foram sobrepujados. Ela terminou há cerca de duas, três gerações, e está bem visível nos nossos quotidianos, assim queiramos olhar para eles com alguma seriedade e profundidade. Foi o que tentámos fazer.

racionalmente se terminassem as disputas e a fragmentação dos esforços colonizadores. Os africanos não tinham história e, se não eram capazes de desenvolver a sua terra, os europeus deviam fazê-lo. Produto da obsessão da época com o crescimento populacional europeu, que geraria o projecto de subjugação dos eslavos para leste pelo estado imperial alemão, o plano de Coudenhove-Kalergi olhava para África como o *lebensraum* para onde fluiria a sobrepopulação europeia. África geraria recursos e produtos agrícolas, ofereceria mercados e espaço para os colonos europeus. E Coudenhove-Kalergi não estava, evidentemente, só. (...)

Coudenhove-Kalergi dizia explicitamente que a Europa não poderia permitir a entrada de trabalhadores africanos. Nem de soldados, referência que resultava da histeria propagandística sobre o “horror negro” gerado pela ocupação pós-Guerra da Renânia por tropas coloniais francesas. Se a Europa saísse de África gerar-se-ia “caos, anarquia, miséria, guerra de todas as tribos umas contra as outras”. A defesa da “mestiçagem” cultural, proposta por Coudenhove-Kalergi e combatida, por exemplo, por Max Clauss, ideólogo nazi, nas páginas do jornal *Signal* em 1943, não era de todo incompatível com uma visão profundamente racista de África e dos africanos. Nem, em momento algum, promovia o tão temido suicídio da